

Professor reage ao remanejamento

JF-educação

Sindicato critica critérios adotados pela FEDF para devolver à sala de aula 4.400 docentes

JAIRO VIANA

Os critérios adotados pela Secretaria de Educação para devolver os 4.400 professores às salas de aula estão causando a maior confusão entre os docentes, sindicato da categoria e a Fundação Educacional do DF (FEDF). "O remanejamento é feito de acordo com os critérios estabelecidos pelo sistema de Modulação Docente, discutido com os professores e aprovado pelo sindicato", garante a diretora da Divisão de Pessoal da Fundação, Maria Elisa, responsável pela implantação do novo sistema na rede oficial de ensino.

Por sua vez, a diretora do Sindicato dos Professores (Sinpro), Reuza de Souza Durço, acusa a Fundação Educacional de utilizar unilateralmente a instrução nº 597, de dezembro do ano passado, que prevê o tempo de serviço e de escola onde ensina como critério de remanejamento do professor.

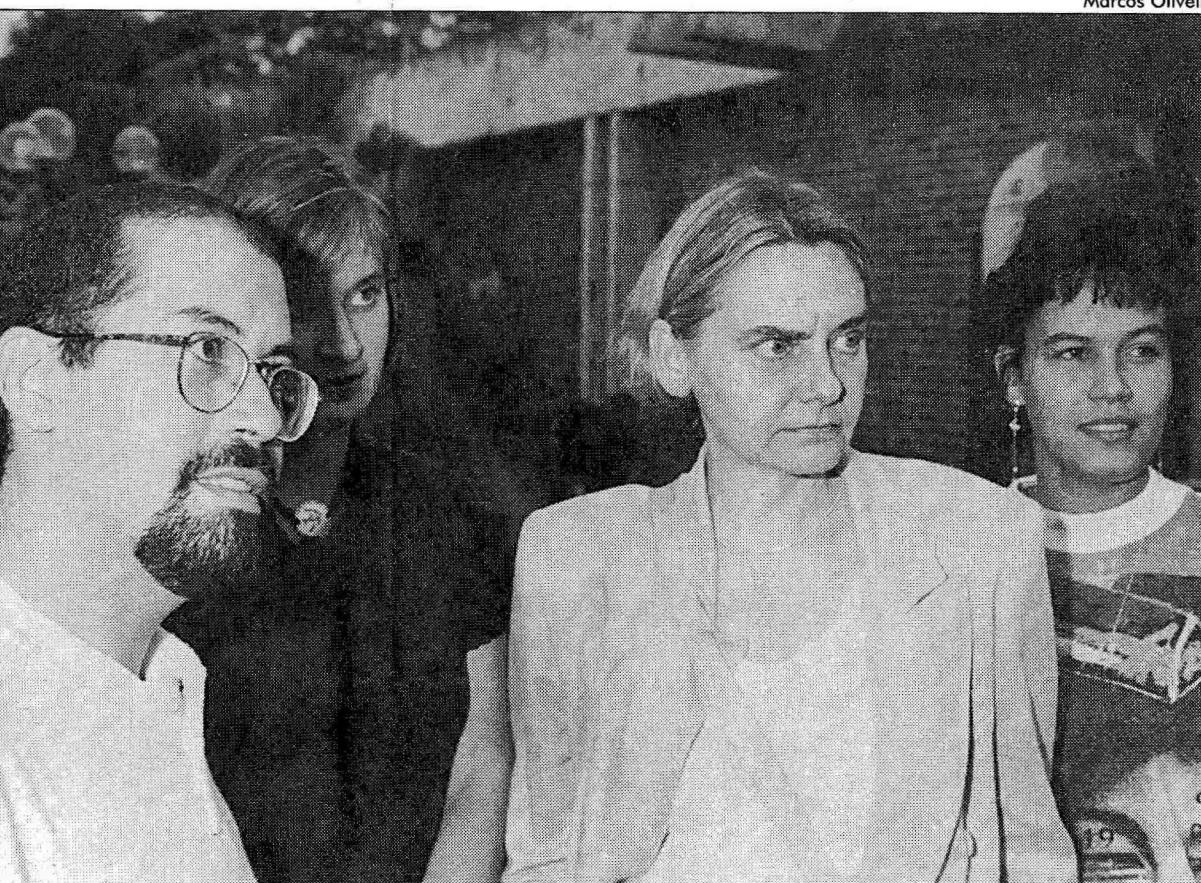
"A diretoria da Fundação Educacional não leva em consideração os critérios de distribuição da carga horária, aprovados em acordo da comissão paritária formada por membros do sindicato e da Secretaria

de Educação", protesta Reuza.

Por isso, o Sinpro distribui circular entre os professores alertando-os para não acatarem as instruções da Fundação Educacional e solicitou audiência com o secretário Antônio Ibañez, para debater o assunto.

Em meio às discussões estão os professores, muitos sem saber qual será o seu destino ao final do processo de remanejamento. Este é o caso, por exemplo, da professora Cristina Queiroz Domingues, da Escola-Classe da 416 Sul. Mora próximo da escola mas teme ser transferida para Santa Maria ou Samambaia. "Pelos critérios atuais não sei onde vou parar", preocupa-se.

Cristina garante que na escola da 416 Sul tem duas vagas para o horário da manhã, para o qual quer ser transferida. Mas como é contratada recente (93) da Fundação, não consegue pontuação para pleitear a vaga. "Mesmo com filho pequeno para cuidar, a diretoria da Fundação não leva em conta este item e só usa como critério a modulação docente", queixa-se. Para ela, falta bom senso à Fundação em definir os remanejamentos caso a caso.



Os professores que perderam o prazo de inscrição ao concurso foram reclamar na Diretoria Regional de Ensino

Marcos Oliveira

Grupo denuncia discriminação

Um grupo de professores da Escola-Parque 210/11 Norte perdeu o prazo de inscrição ao concurso para remoção, devido ao atraso no processo de avaliação feito pela escola. Revoltados, estiveram ontem à tarde, na Diretoria Regional de Ensino do Plano Piloto, agora localizada na quadra 610/11 Norte, para protestar pela discriminação de que foram vítima.

Segundo os professores, pessoas com mais de 15 anos de magistério, como a polonesa Matgorzata Siewierska, professora de Música, foi reprovada no exame de avaliação. "É um absurdo, nunca passei por tamanho vexame", diz.

"Fomos submetidos a uma avaliação aleatória e sem critério objetivo", reclama a música Liliana Porto. Ela afirma que a maioria dos professores efetivos da escola pediu a realização de concurso para serem removidos do local. (JV)